

# A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL E DA OCDE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, EM ESPECIAL O BRASIL

Nancy Costa de Oliveira <sup>1</sup>  
Otilia Maria A. N. A, Dantas <sup>2</sup>

## RESUMO

O presente estudo visa refletir sobre a influência de organismos internacionais como o Banco Mundial/BM e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico/OCDE nas políticas educacionais dos países em desenvolvimento, em especial o Brasil. Acredita-se que a educação, no mundo capitalista, apresenta-se mercadológica à medida em que é relacionada exclusivamente ao desenvolvimento socioeconômico, sendo desconsiderada como direito universal e inalienável do homem. A ênfase na meritocracia desconsidera problemas sociais graves como a pobreza extrema, o analfabetismo, a falta de acesso e permanência na escola, e demais desigualdades socioeconômicas existentes na maioria dos países em desenvolvimento. A metodologia encontra-se pautada em pesquisa documental, à luz dos Relatórios de Desenvolvimento Mundial do BM e de documentos produzidos pela OCDE e com o aporte teórico de MELO (2021), SCHULTZ (1973), SMITH (1988, 1996), SOARES (2020) dentre outros. Constatou-se a intencionalidade na padronização de currículos com o intuito de formação de força de trabalho especializada, visto que tratam o estudante como capital humano à medida que relacionam o investimento em educação como possibilidade de aumento do lucro. Os resultados apontam que tanto o BM quanto a OCDE, instituições reconhecidas mundialmente como referência na produção de dados, enfatizam resultados de avaliações como o PISA, priorizando o letramento científico em Leitura, Matemática e Ciências, corroborando com o direcionamento do ensino para a formação para o mundo do trabalho e intensificando as atuações e interferências na condução das políticas públicas de diversos países, tornando-os reféns de um rigoroso plano intencional de fortalecimento do sistema capitalista no que tange ao processo de aumento da produtividade e consequentemente, da geração de lucro.

**Palavras-chave:** Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Políticas de educação, Capitalismo, Brasil.

## Introdução

Após o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), viveu-se um longo período caracterizado pela instabilidade econômica e política, atingindo diversos países de forma globalizada. Assim, em 1944 o Banco Mundial/BM foi criado tendo como principal objetivo auxiliar na reconstrução e desenvolvimento dos países devastados

---

<sup>1</sup> Técnica Administrativa em Educação na Universidade de Brasília e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília - DF, [nancy@unb.br](mailto:nancy@unb.br)

<sup>2</sup> Doutora em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN - RN, [otiliadantas@gmail.com](mailto:otiliadantas@gmail.com). Professora Associada IV da Universidade de Brasília.

pela Segunda Guerra Mundial por meio da redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Nesse mesmo contexto, foi criado o Plano Marshall, uma estratégia norte-americana que consistia em um conjunto de medidas que visavam a estabilidade social, política e financeira dos países europeus destruídos no pós-guerra, e sobretudo, implementar ações para conter o avanço do comunismo pelo mundo. Como parte dessas medidas, em 1948 foi criada a Organização Europeia de Cooperação Econômica/OECE com a finalidade de coordenar e distribuir os recursos financeiros do Plano cuja principal característica foi a concessão de empréstimos, a baixos juros, para os países europeus que aceitassem as condições impostas pelos Estado Unidos, tais como a compra de produtos vendidos exclusivamente por eles, a implementação de políticas de estabilização monetária e anti-inflacionária e ainda a promoção de uma política de integração e cooperação intraeuropeia. Pode-se avaliar que o resultado desse Plano foi positivo, pois nas duas décadas posteriores, a economia da Europa Ocidental voltou a prosperar tal como era antes, tendo como maiores beneficiários, os próprios norte-americanos que viram o volume de suas exportações crescerem vultosamente.

No contexto da Guerra Fria entre EUA e União Soviética, os EUA impulsionaram a criação da OTAN/Organização do Tratado do Atlântico Norte, uma aliança militar que reunia vários países ocidentais do hemisfério norte e que passou a ter maior influência na condução das negociações acerca da ajuda econômica e militar. Com isso, a OECE foi extinta abrindo espaço para a criação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico/OCDE, em meados de setembro de 1961. Essa nova organização teve como mote a ampliação do alcance das decisões políticas e econômicas discutidas no âmbito da então OECE, sendo entendida como um *locus* de discussão e formulação de políticas públicas internacionais acerca dos diversos temas relativos ao desenvolvimento econômico e social mundial.

Assim, o mundo passou a ter como fortes influenciadoras em suas políticas públicas, as recomendações de organismos internacionais como o BM e a OCDE, que ao longo dos anos vem atuando na prestação da assistência técnica e financeira às nações que integram o seu quadro de membros. Percebe-se ainda o aconselhamento em políticas públicas para o desenvolvimento humano por meio de recomendações de reformas e ações aos países parceiros e para aqueles que desejam integrar o grupo, que muitas vezes vão de encontro às ideias humanistas de educação.

## **Metodologia**

Concluído o Mestrado em Educação permaneceu o interesse das autoras pela continuidade da investigação do tema, optando-se pela pesquisa bibliográfica e documental. Assim, foi dado prosseguimento ao estudo com o objetivo de captar a realidade social a partir das perspectivas contidas em documentos e demais textos que versam acerca das políticas públicas educacionais no Brasil e no mundo.

Dessa forma, com base em Flick (2009), compreende-se a Pesquisa Documental como uma oportunidade onde o pesquisador escolhe os documentos a serem analisados, delimitando o universo a ser investigado, porém sem desconsiderar o contexto em que foram formulados, sua utilização bem como sua função.

No caso, por meio dos documentos analisados, foi possível refletir e assim compreender a influência de organismos internacionais como o Banco Mundial e a OCDE nas políticas educacionais dos países em desenvolvimento, em especial o Brasil.

## **Referencial Teórico**

Como desdobramentos para o mercado de trabalho após a Segunda Guerra Mundial, vimos a definição de novas exigências para a formação do trabalhador, constituída por um *pool* de conhecimentos, competências, habilidades e valores que segundo o BM e a OCDE, culminariam na construção de um projeto social de educação fundamentado principalmente na condução de jovens para o futuro, garantindo o desenvolvimento humano dos países que aderissem a agenda proposta por esses atores.

Cumprir destacar que BM e OCDE continuam a influenciar, sobremaneira, as condutas dos países acerca da implementação de políticas públicas, indo além do seu propósito inicial, visto que interferem e definem os rumos da agenda social, política, educacional e financeira global, em detrimento de uma formação humana de caráter integral. Justifica-se tal afirmação a partir do momento em que esses organismos retomam o conceito de capital humano e o atrelam aos interesses do sistema capitalista, tais como a solução de problemas oriundos da baixa qualificação profissional e a consequente queda na produtividade industrial.

No que tange a questão do capital humano, cumpre destacar que esse termo surgiu de forma despreziosa na obra de Smith, *A Riqueza das Nações*, oportunidade em que o autor discorreu sobre temas como o acúmulo de riquezas, divisão do trabalho,

sistemas econômicos e livre mercado. Nesse caso, o ato de melhorar sua condição enquanto indivíduo, poderia trazer a prosperidade, porém essa é uma iniciativa individual, uma vez que se admitia um Estado com funções reduzidas ao estabelecimento e manutenção da justiça, a defesa nacional e a criação e manutenção de determinadas obras e instituições públicas, que não fossem de interesse privado.

Entretanto, esse teórico defendia que empregos, mão de obra e capital deveriam se manter em equilíbrio para não gerar desigualdade, e uma sociedade em perfeita liberdade possibilitaria a cada um a escolha da profissão que julgasse mais interessante e conveniente com seu interesse. Ao utilizar a analogia da figura de uma "mão-invisível" atuante no mercado, responsável pela organização das coisas de modo a promover o equilíbrio entre a oferta e demanda de empregos e mão de obra, Smith defendia que numa economia concorrencial, a busca pelo interesse individual resultaria na melhoria do bem comum.

Assim, mesmo sem se dar conta, Smith gestou o termo que futuramente foi formalizado por Theodore Schultz, em 1961, com o lançamento do livro *Investment in Human Capital: The Role of Education and of Research* (Investimento no Capital Humano: o Papel da Educação e da Investigação), após a conclusão de estudos iniciados em 1950 acerca da relação entre bens intelectuais, bens de consumo e bens pessoais como possibilidade de aumento das produções do capital. Ao pesquisar esses temas, sua intenção era explicar a origem do aumento da produtividade de empresas na época, porém ao se debruçar sobre as implicações do papel desempenhado pela instrução e capacitação do trabalhador como forma de crescimento e desenvolvimento econômico, Schutz constatou que o conhecimento adquirido por um indivíduo seria **passível de investimento**, à medida em que se considerasse que os investimentos em educação e saúde poderiam aprimorar as aptidões e habilidades dos indivíduos, tornando-os mais produtivos, o que significaria influenciar positivamente as taxas de crescimento dos países.

Mediante essa constatação, definiu capital humano como sendo a capacidade que o conjunto de conhecimentos, competências e atributos da personalidade de uma pessoa ao desempenhar um trabalho, produz valor econômico. Assim, ao compreender o conhecimento como uma forma de capital e concluir que o investimento na capacitação do trabalhador poderia melhorar e aumentar a produtividade, Schultz afirmou que:

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que têm-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença. (SCHULTZ, 1973, p.31).

Nessa seara, não é de se admirar que tanto o Banco Mundial como a OCDE tenham criado o seu próprio conceito de capital humano, agora compreendido como um conjunto equilibrado de competências cognitivas (incluindo as avaliadas por testes de conhecimento e notas acadêmicas), e socioemocionais que possibilita ao indivíduo ser bem-sucedido na vida moderna, aumentando a probabilidade de sucesso em nível educacional e no mercado de trabalho.

Nesse contexto, Melo (2021) concluiu que o Banco Mundial e a OCDE apresentaram uma correlação de forças sociais em conformidade com vários grupos privados e países hegemônicos capitalistas desde sua criação, sob o vetor da assistência internacional ao desenvolvimento, e que ao analisarem as finanças dos países e invariavelmente recomendarem a redução de gastos públicos nos setores de sua responsabilidade, esses organismos propõem medidas de autorregulação do mercado ou de parcerias público-privadas, numa clara intenção de conduzir os caminhos da economia e das políticas públicas dos países ao redor do mundo.

Dessa forma, ao longo dos anos o Banco Mundial foi lançando seus relatórios com recomendações político-econômicas em várias áreas, sobretudo na educação. De acordo com Melo (2021), entre as recomendações do Banco colocadas no relatório de 2013 com o título de *Jobs* (Empregos), por exemplo, destaca-se a ideia da meritocracia do indivíduo enquanto alicerce principal para se garantir uma formação aliada a bons empregos, como se o acesso e a permanência em instituição escolar que promovesse uma educação de qualidade dependesse exclusivamente da vontade dos sujeitos. Ao mesmo tempo, observa-se certa contradição nessa prerrogativa visto que esse mesmo relatório coloca em dúvida a promessa de que o investimento em educação e treinamento de fato resultaria numa melhoria da qualificação e, conseqüentemente, melhores requisitos para a empregabilidade.

Cabe lembrar que em 1995, segundo Altmann (2002), já haviam indícios de que a educação estaria sendo vista como mercadoria uma vez que entre as recomendações do Banco Mundial inseridas no relatório do mesmo ano, constavam a prioridade na educação básica, o investimento no aumento do tempo de instrução, na oferta de livros didáticos (produzidos e distribuídos pelo setor privado) e o impulso para o setor privado e organismos não governamentais como o monitoramento do desempenho escolar através de avaliações padronizadas dando início a escola-padrão, de manuais, com avaliação e currículos padronizados, portanto distante das discussões críticas e de reflexões mais profundas.

Por sua vez, no relatório de 2018, que traz o título *Learning to realize education's promise* (Aprendendo a Concretizar a Promessa da Educação), dentre outras, encontramos recomendações globais para as questões relativas à melhoria da aprendizagem do trabalhador, com ênfase na aplicação de testes em larga escala para melhor aferição dos níveis de aprendizagem e à atuação docente como fatores que exercem maior impacto nos resultados.

Ao ressaltar a importância da aquisição de habilidades e competências necessárias para se obter uma melhor colocação no mercado de trabalho, em 2018 o Banco Mundial descreve qual deve ser o perfil do trabalhador do futuro, reafirmando a ideia de que sob o olhar desse influente organismo internacional, o aluno, ao longo da sua formação, deixa de ser a criança, o jovem, o cidadão, para ser alguém que futuramente, de acordo com seus esforços próprios, contribuirá com sua força de trabalho para o desenvolvimento econômico do país, sendo este o principal motivo para que os países invistam na educação desde a sua fase inicial:

As habilidades necessárias nos mercados de trabalho são multidimensionais; portanto, os sistemas precisam equipar os alunos com muito mais do que apenas leitura, escrita e matemática - mas os estudantes não podem desprezar essas habilidades fundamentais. Seja como trabalhadores ou como membros da sociedade, as pessoas também precisam de habilidades cognitivas de ordem superior, como a resolução de problemas. Além disso, precisam de habilidades socioemocionais (...). Finalmente, eles precisam de habilidades técnicas para realizar um trabalho específico (Banco Mundial, 2018, p.9).

Dessa forma, constata-se que esse relatório deixa explícito o que ele mesmo propaga como sendo seu objetivo maior, qual seja, formar trabalhadores treinados, treináveis e adaptados socio-emocionalmente às mudanças intensas requeridas pelo mundo do trabalho.

Em conjunto com as diretrizes do Banco Mundial, não há como negar que a OCDE é outro importante formulador e condutor de políticas educacionais no mundo inteiro. Uma de suas recomendações que mais impactam os caminhos e incentivos na área da educação, é a avaliação em larga escala denominada *Programme for International Student Assessment/PISA*, um sistema trienal de avaliação padronizada, criado nos anos 2000, para medir os conhecimentos nas áreas de Leitura, Matemática e Ciências de estudantes com quinze anos, que em 2018 avaliou seiscentos mil estudantes de setenta e nove países.

O Brasil adotou o PISA desde sua primeira edição e de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas/INEP seu objetivo enquanto avaliação em grande escala é:

Produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico. A avaliação procura verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando seus jovens para exercer o papel de cidadãos na sociedade contemporânea. (INEP, 2019).

Assim, o PISA compara os índices educacionais de países desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos valendo-se da mesma prova para conhecer seus resultados. Embora haja um questionário que capta informações que podem “relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais” (INEP, 2019), ao final do processo a OCDE ignora as desigualdades de países tão diferentes econômica, social e culturalmente, ao estabelecer um *ranking* geral baseado nas notas atingidas, colocando países com realidades diferentes no mesmo nível de comparação. Segundo a OCDE, as escolas participantes de cada país são escolhidas através de critérios específicos “que representem todos os estudantes de 15 anos do país” (OCDE, 2019), mas esse organismo não esclarece quais seriam estes critérios. Assim, ao desprezar o fato de que uma prova aplicada em escala global tende a generalizações, a OCDE desconsidera a realidade nacional, regional e local dos alunos, colocando-os no mesmo nível de condições sociais e econômicas, gerando dados injustos e distantes da realidade.

Outras publicações que impactaram bastante os caminhos das políticas educacionais em termos mundiais foram os documentos *Trends Shaping Education*, (Tendências que Moldam a Educação) publicado em 2019, que faz parte do projeto *Future of Education* (Futuro da Educação - OCDE, 2019) e o *The future of education*

*and skills. Education 2030: the future we want* (O Futuro da Educação e das Competências. Educação 2030: o Futuro que Queremos ), que faz parte de publicações gerais que buscam dar fundamentos às pesquisas da OCDE.

De acordo com Melo (2021), esse relatório apresenta uma gama de tópicos associados à globalização, democracia, segurança, envelhecimento e culturas modernas e enuncia que a questão da mobilidade dos alunos e do conhecimento entre os países se torna cada vez mais central, exigindo que os países repensem a formação para habilidades formais e não formais diante das novas demandas dos mercados de trabalho. Destaca-se que o documento apresenta e justifica cinco grandes tendências mundiais, além de questionamentos sobre o futuro da educação, a redução das desigualdades, a questão da preservação ambiental e ainda indica a inteligência artificial como uma das questões cruciais que devem estar no centro das atenções de forma global. A autora ressalta ainda que no documento como um todo é possível identificar recomendações sobre as grandes mudanças nos modos de vida dos indivíduos bem como sobre a necessidade de uma educação que possa prover as futuras gerações, baseada na aquisição de competências socioemocionais que, aliadas a esse processo, alteram o modo de viver das pessoas.

Em relação a esse documento, a OCDE reafirma a necessidade de preparar as novas gerações e estruturar os sistemas educacionais nacionais a partir da formação de habilidades, atitudes e valores para enfrentar as incertezas do futuro. Mas como induzir reformas, mudar leis, criar programas e projetos de forma hegemônica para países com realidades econômicas, sociais e educacionais tão díspares? Esse fato somente comprova a ambição desse projeto no sentido de conduzir e liderar concepções econômicas internacionais sob o discurso de que existe somente um caminho a seguir para uma educação de sucesso, e que esta só pode ser alicerçada mediante um currículo prescrito universalmente para promover as mudanças e necessidades do mercado de trabalho. O que não se menciona, mas é igualmente inegável, é que as oportunidades desse mercado de trabalho não são e não estão acessíveis a todos, pois as desigualdades se materializam em ilhas que colocam o indivíduo na condição de ser isolado, abstrato e individual, afastando qualquer chance de se obter uma educação com caráter emancipatório. Muito pelo contrário, numa evidente política endereçada aos objetivos do capitalismo, empresários, líderes mundiais, multimilionários e governos modelam os interesses que fazem girar a economia e a política, definindo quais habilidades e competências serão imprescindíveis para um futuro promissor, onde tanto o Banco

Mundial como a OCDE delineiam propostas de políticas públicas educacionais que, ao serem absorvidas pelos países emergentes, proclamam seus interesses na formação compulsória dos indivíduos a fim de que esses estejam aptos a recompor as bases estruturais do modo de produção capitalista que notadamente encontra-se em uma crise cíclica.

## **Resultados e Discussão**

Diante do exposto, constata-se que tanto o Banco Mundial quanto a OCDE, representantes do Neoliberalismo, tem expandido seus campos de interferências na seara da educação com orientações de caráter prescritivo que caminham muito além do recorte pedagógico, numa clara demonstração de poder e de interesse na homogeneização de políticas que atendam aos princípios do sistema capitalista, deixando todos entorpecidos, onde a alienação permeia as relações de trabalho ao mesmo tempo em que invisibiliza os interesses de uma educação pautada nos princípios da igualdade e equidade de oportunidades, no campo da formação escolar, técnica e do mercado de trabalho.

Mas do que isso, as prescrições de programas educacionais do Banco Mundial e da OCDE, representantes legítimos do Neoliberalismo, geram impactos na Educação Básica dos países, visto que suas propostas são traduzidas e replicadas em discursos públicos, legislações, planos e ações de políticas públicas que quando benéficas para os trabalhadores, se extinguem por serem implementadas como políticas de Governo e não de Estado.

Além disso, ao se desvelar as entrelinhas dos discursos desses organismos internacionais, revela-se o propósito de direcionar e guiar a aprendizagem para, posteriormente, mensurar, quantificar e comparar o desempenho dos estudantes, dos países e entre os países, por meio de testes padronizados e baseados em critérios onde somente uma parcela mínima da sociedade é contemplada.

Na prática, o que vimos nos países em desenvolvimento, especialmente o Brasil, é que a educação vive sua maior crise desde a redemocratização, visto que os investimentos públicos que deveriam ser destinados ao fortalecimento de uma educação pública, à valorização dos professores e à garantia de uma formação escolar adequada as necessidades dos estudantes e futuros trabalhadores vem sendo sequestrados ano após ano, quer seja em governos da direita ou da esquerda, pelos capitalistas da educação

privada que promovem reformas ultraliberais a fim de garantir a hegemonia ideológica da burguesia nos currículos escolares e no desmonte dos direitos dos trabalhadores da educação.

Na realidade as "recomendações" desses organismos internacionais terminam por afetar as decisões econômicas, educacionais, jurídicas e políticas de países, edificando um discurso de alcance global por intermédio da disseminação massiva de estudos, projetos e programas nas mais variadas áreas das políticas públicas que desconsideram, quiçá ignoram, a subjetividade e a condição real de cada sujeito.

Compreende-se que a educação, tida por muitos como o segredo para a autonomia e emancipação da nação, vai se tornando rapidamente um veículo de legitimação de uma ordem baseada no livre mercado acima de tudo e de todos, onde não há espaço para aqueles que ousam se opor aos ditames neoliberais.

### **Considerações Finais**

Pelo exposto, constata-se que tanto o Banco Mundial como a OCDE embora produzam estudos considerados mundialmente como fidedignos acerca de diversos temas relacionados ao desenvolvimento humano mundial, ao mesmo tempo tem intensificado suas atuações e interferências na condução das políticas públicas de diversos países, tornando-os reféns de um rigoroso plano intencional de fortalecimento do sistema capitalista que objetiva o aumento da produtividade e conseqüentemente, da geração de lucro. Ao impor a homogeneidade em políticas públicas para a educação, desconsidera-se que a luta de classes é uma premissa do mercado de trabalho e que a visibilidade dos trabalhadores enquanto seres humanos, que merecem e precisam serem vistos como tais e não como peças da engrenagem, produtoras e reprodutoras da acumulação do capital, mais do que uma realidade, é uma necessidade mundial para que se possa caminhar pela estrada da equidade e igualdade a fim de se fomentar as bases para uma sociedade mais justa e menos desigual.

Não há dúvida da importância do desenvolvimento humano para o país, para a sociedade e obviamente, para o próprio indivíduo, mas como missão precípua, torna-se necessária a implementação efetiva de políticas públicas que não se limitem a possibilitar o acesso à educação para todos, mas que essa seja de qualidade, gratuita, e que a permanência nos bancos escolares seja a realidade de todos, ou de sua ampla maioria, e que ao final do ciclo escolar, as oportunidades de trabalho sejam garantidas, e

não destinadas somente a uma parcela de indivíduos que tiveram melhores condições sociais/econômicas durante seu percurso acadêmico.

Não estamos aqui negando que capital humano e crescimento econômico estão interligados por uma relação recíproca, visto que crescimento econômico é um tema que merece destaque, tampouco que ele não represente o indício de avanço nas condições de vida para os seres humanos. O que se defende é que enquanto elemento indispensável para o processo de crescimento econômico, é preciso compreender que somente o incentivo para uma melhor formação educacional não é o bastante para a eliminação da pobreza extrema e das desigualdades ou para o desenvolvimento humano como um todo. Torna-se necessário que esses indivíduos também tenham reais condições de receberem uma educação de qualidade, em todos os níveis, e que ao estarem aptos para ingressar no mercado de trabalho, encontrem oportunidades equânimes de inclusão, e concomitantemente, possam se beneficiar dos frutos gerados pela sua mão de obra especializada, participando da distribuição do lucro de forma menos desigual. Se o discurso desses organismos promete a redução da pobreza, essa meta não será alcançada enquanto os trabalhadores não forem vistos e compreendidos, pois cada um, ao seu modo e de acordo com suas qualificações, desempenha um papel importante nesse processo, portanto nada mais justo que possam usufruir de uma qualidade de vida e de trabalho que se aproxime mais da igualdade entre esses sujeitos.

Além do mais, não se pode olvidar que a luta de classes permeia toda e qualquer relação de trabalho, portanto não se deve impor políticas educacionais definindo quais competências, conhecimentos, habilidades, atitudes ou valores devem ser desenvolvidos pelos trabalhadores sem considerar que nem todos detêm as mesmas oportunidades de apreendê-las, visto que a meritocracia não é uma análise adequada diante das desigualdades sociais e econômicas que perpassam a maioria dos países, e ainda quando a realidade comprova que nem mesmo a metade dos países pertence ao “clube dos ricos”.

Diante desse cenário, propagar a democracia e igualdade social sem implementação de políticas públicas que concedam as mesmas oportunidades de desenvolvimento, sobretudo condições sociais e econômicas entre os indivíduos, quiçá entre os países, parece demagogia. Por fim, urge a necessidade de que os trabalhadores se vejam como sujeitos participantes e fundamentais no processo de desenvolvimento do país, portanto, detentores do direito de serem reconhecidos como tal. Logo, não devem se colocarem ou serem colocados na condição de reféns de quaisquer políticas

assistencialistas. Uma vez implementadas tais políticas, todos devem ter oportunidades de usufruírem dos frutos logrados com o suor do seu labor ou mesmo com o calo de suas mãos.

## REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 77-89, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11656>. Acessado em 09/12/2023.

BANCO MUNDIAL (2018). *World Development Report 2018. Learning to realize education's promise*. Oxford University Press. DOI: 10.1596/978-1-4648-1097-8.

DEMO, P. SANTO ESTADO, MALDITO MERCADO: de certas esquerdas que são direitas. *Sociedade e Estado*, 20 (2), 451-476. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-69922005000200009>. Acessado em 07/07/2024.

DEMO, Pedro. Capitalismo sem democracia – Lugar da Assistência e seus abusos. Disponível em <https://pedrodemo.blogspot.com/searc?q=ensaio+1062>. Acessado em 05/07/2024.

Flick, U. 2009. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. [2019]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa>. Acessado em 11/12/2023 jan. 2019.

MELO, Adriana A. A. S. Desenvolvendo competências e habilidades para o trabalhador do futuro: caminhos do Banco Mundial e da OCDE. *Rev. Lusófona de Educação*, Lisboa, n.51. 2021. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/issue/view/780>. Acessado em 30/08/2023.

OECD (2018). *The future of education and skills. Education 2030: the future we want (position paper)*. OECD Publishing.

SCHULTZ, T. W. *O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa*. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SMITH, A. *A riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas*. vol. I e II, 3ª ed. Trad. Luiz João Baraúna, São Paulo: Nova Cultural, 1988. 250 p.

SOARES, F. P. (2020). A influência do Banco Mundial e da OCDE na educação básica no Brasil e no ensino de geografia. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 24, e15. <https://doi.org/10.5902/2236499441843>.

THORSTENSEN, Vera; GULLO, Marcellly Fuzaro. O Brasil na OCDE: membro pleno ou mero espectador? *Ccgi*, [s. l], v. 8, n. 479, p. 1-30, maio 2018.